



PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n.º 94/2022

Pregão Presencial Registro de Preços n.º 31/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA

RELATÓRIO:

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 38.º da Lei n.º Lei 8.666/93.

O processo foi deflagrado a partir de solicitação expressa apresentada pelo prefeito Martins Dias de Oliveira, o qual ainda autorizou que fosse tomadas as providências necessárias para a abertura do processo licitatório.

A contadoria da prefeitura atestou a existência de dotação orçamentária para as despesas custear o objeto licitado. A Comissão de Licitação está regularmente constituída pelo Decreto n.º 55/2022, de 05 de outubro de 2022.

Não estão anexados os orçamentos para estimativa de preços. Está anexada a Planilha de Mão de Obra de Manutenção e Construção em Obra Civil, elaborada pela técnica Weimar Quirino Jorge, com base na Composição SINAPI 09/2022.

Compõem, ainda o processo, o Edital, Termo de Referência, Minuta da Ata de Registro de Preços e Minuta do Contrato.

Era o que havia a relatar.

FUNDAMENTAÇÃO:

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 38.º da Lei 8.666/93, o qual transcreve-se:

“Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração”. De maneira que o parecer se refere a análise



jurídica dos documentos inseridos ao processo nessa fase interna da licitação. De maneira que o parecer tem natureza obrigatória (art. 38, VI, da Lei nº 8.666/93), porém não vinculante”

O artigo nº 191, da Lei 14.300/2021 (nova Lei de Licitações) admite que no prazo do inciso II, do caput do artigo 193 da mesma Lei, a administração opte por licitar pela Lei 8666/93, devendo escolher a modalidade expressando a opção no Edital. No caso, está explícito que a licitação está sendo realizada nos moldes das Leis 8666/93 e 10.520/2002.

O prefeito solicitou a realização de da contratação de empresa para prestação de serviços de locação de mão de obra, aduzindo a necessidade da contratação visando a construção, reformas e pequenas manutenções dos prédios da prefeitura. A justificativa veio desacompanhada de estudos preliminares, relatório, projeto ou plano de trabalho para demonstrar a indispensabilidade da contratação e dos benefícios que daí surgirão.

A modalidade de licitação proposta é o Pregão Presencial para registro de preços, regida pela Lei nº 10.520, de 17 de agosto de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98) e o tipo é o menor preço por item.

O “caput” do artigo 1.º da Lei n.º 10.520/02, possibilita a adoção da modalidade licitatória Pregão Presencial para a aquisição de bens e contratação de serviços comuns, devendo os mesmos serem objetivamente definidos em Edital.

O Sistema de Registro de Preços está originalmente previsto no artigo 15 da Lei nº 8.666/93, que assim dispõe:

“Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

II- ser processadas através de sistema de registro de preços;

(...)

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições: (...)

§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições”.

O sistema de registro de preço emerge como procedimento especial, vinculado e integrante do procedimento licitatório, com o propósito de otimizar a finalidade da licitação



na obtenção de proposta mais vantajosa, sempre que não for possível definir, na conclusão do certame, as quantidades contratuais a serem executadas.

O Registro de Preço tem cabimento para evitar que a Administração celebre um contrato cujas quantidades, por imprevisão natural, possam não ser necessárias, ou também para que a Administração possa realizar um certame público antes de eventuais necessidades futuras e emergenciais, evitando assim as famigeradas contratações diretas ou fracionadas cartas convites.

No caso, o Termo de Referência estima as quantidades de diárias a serem contratadas, mas não a efetiva quantidade que será necessária, haja vista que que depende da demanda apresentada no decorrer da validade da ata de registro de preços., portanto, vislumbram-se situações que possam resultar em alterações, tais como aquelas provocadas por intempéries, o que justifica a adoção do registro de preços.

O Edital define o objeto como sendo o Registro de Preços para a Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Mão de Obra e Serviços Diversos para atender as necessidades da prefeitura de Porto Esperidião/MT, pelo período de 12 (doze) meses. E o Termo de Referência (Anexo I) descreve que Edital será especificamente para serviços voltados a serviços de obras e construção civil, tipo pequenos reparos reformas e ampliação e adequações em prédios das secretarias e Departamentos da Prefeitura.

O Termo de Referência prevê que os serviços serão executados na zona urbana e rural (nos Distritos) de forma imediata e fracionada.

Os serviços que serão prestados, ao que indica a licitação, não são permanentes e, portanto, passíveis de execução por empresa contratada, haja vista que os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios poderão ser objeto de execução indireta, sobretudo quando não sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade (Lei Complementar nº 18/2003 e Decreto Federal Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018).

Cabe à administração providenciar a descrição do objeto pretendido na licitação com sua adequada caracterização e de todos os respectivos atributos. A indicação e definição exata do objeto licitatório é requisito de validade ou condição do procedimento.

A definição do objeto deve indicar, de modo sucinto, preciso, suficiente e claro, o meio pelo qual a necessidade da administração deverá ser satisfeita, devendo ser explicitada de modo conciso, mas completo, o que a Administração deseja contratar.

A definição precisa do objeto é exigência da Lei nº 8.666/93, em seus Arts. 14, 38, caput e 40, inciso I, dispõe que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada, sucinta e clara”



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

No caso presente, há previsão de quantidade de diárias que serão contratadas, embora estejam ausentes os estudos prévios capazes de indicar que as quantidades expressas não foram formuladas aleatoriamente. Os valores máximos das diárias estão fixados no Edital e Termo de Referência.

Vale destacar a importância de o Edital definir quais os prédios e unidades da prefeitura a contratada poderá executar os serviços. A disponibilização prévia dos prédios que poderão ser objeto de reforma ou serviços é necessária para a melhor formação dos preços entre as empresas concorrentes, e sobretudo para inibir que as diárias licitadas sejam utilizadas em favor de particulares.

CONCLUSÃO:

Assim sendo, o Edital, anexos e a minuta de Contrato que compõem o processo atendem à legislação pertinente, assim, com as ressalvas apresentadas que devem ser sanadas ou complementadas, o parecer é favorável ao prosseguimento da licitação.

S.M.J.

Porto Esperidião, 29 de novembro de 2022.

José de Barros Neto

Portaria n.º 58/12

José de Barros Neto
Advogado - OAB-MT 8841-B